

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2014

*Solicita informações à Senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre os imóveis atualmente locados pela administração pública federal.*

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, *a*, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado à Sra. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que esta providencie as seguintes informações:

1. lista completa de todos os imóveis atualmente locados pela administração pública federal, direta e indireta, com as seguintes informações:
  - a. Órgão responsável pela locação;
  - b. Valor mensal do aluguel;
  - c. Endereço do imóvel;
  - d. Área locada;
  - e. Finalidade da locação;
  - f. Modalidade de locação de acordo com a Lei nº 8.666, de 1993;
  - g. Dono do imóvel alugado (com CPF ou CNPJ);
  - h. Data da primeira locação.

### JUSTIFICAÇÃO

O atual governo brasileiro expandiu-se de maneira inacreditável a ponto de hoje termos 39 ministérios e incontáveis outros órgãos da administração indireta. Além do mais, o atual governo contratou um número enorme de comissionados, a maior parte vinculada ao Partido dos Trabalhadores.



Essa expansão, muitas vezes com o objetivo de acomodar a sua base política, acabou por ter um reflexo imediato no aluguel de imóveis por parte da administração, muitos dos quais luxuosos, caríssimos e de interesses duvidosos. Como exemplo, temos que, desde 2011, o Ministério da Cultura pagou ao grupo SKS 13,5 milhões de reais, referentes ao aluguel de espaços na capital federal. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), vinculado ao Ministério da Educação, repassou 4,8 milhões de reais, também pela locação de salas do mesmo grupo.

Destarte, é preciso que tenhamos acesso a informações completas a fim de analisar com os técnicos desta Casa a legalidade, economicidade, eficiência e impessoalidade dos contratos de aluguel firmados pela administração pública federal direta e indireta. Tal ação será imprescindível para a defesa do Erário e dos interesses de toda a sociedade.

Dentro deste contexto, torna-se essencial que este requerimento seja aprovado com a maior brevidade possível, tendo em vista a necessidade de esta Casa cumprir seu papel constitucional de controle das atividades do Executivo.

Sala da Sessão, de março de 2014.

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**  
Líder do PSDB

